

---

**Ata de Reunião - Nº 15/2025**

Aos 31 dias do mês de julho do ano de 2025, às 10h, no Auditório da Universidade dos Correios - UNICO, localizado na Quadra 508, bairro: Asa Norte - Brasília/DF, realizou-se a 3ª Reunião de Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2025/2026, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Dando início à presente reunião, a representação da Empresa informou que as atas foram disponibilizadas à todos os participantes via e-mail com acesso externo ao Processo SEI nº 53180.037522/2025-19, bem como as apresentações realizadas pelas Diretorias dos Correios. Em sequência, por meio da Diretoria de Administração - DIRAD saudou a todos presentes e informou que a ausência do Diretor de Administração se deve a agenda externa representando os Correios. Prosseguindo apresentou um panorama detalhado sobre a carteira imobiliária e os investimentos em infraestrutura. Os Correios possuem 7.497 imóveis sob sua gestão, sendo 33% próprios e 67% de terceiros, a despesa anual com aluguéis é de R\$ 535,9 milhões. Em resposta a essa realidade, foi lançado um plano estratégico até 2029 com foco em sustentabilidade e redução de custos operacionais, com investimento previsto de R\$ 341,8 milhões. Entre os principais objetivos estão: economia de R\$ 50 milhões anuais, redução de emissões de CO<sub>2</sub> (6.236 t/ano) e adesão à energia limpa. Alguns projetos de usinas fotovoltaicas foram destacados, incluindo parcerias com empresas como Neoenergia e COPEL. No campo da infraestrutura, foram revitalizadas mais de 5.000 unidades, climatizadas 800 agências, e investidos R\$ 350 milhões em melhorias que impactam diretamente a eficiência técnica e o clima organizacional. Reformas significativas foram realizadas em imóveis próprios como o Edifício do Comércio (BA) e na nova sede da Universidade Correios (DF). Finalmente, no âmbito do PAC do Governo Federal, foram anunciadas construções estratégicas como o CTCE São Luís (MA), COA Prado (CE), GCLI BH (MG) e CO Londrina (PR), com investimentos somados superiores a R\$ 260 milhões e expectativa de significativas economias com a devolução de imóveis locados. Os representantes dos trabalhadores iniciaram suas contribuições pontuando que algumas unidades operacionais do estado do Maranhão estão em estado de insalubridade, como é o caso do CTCE/MA. Em específico, o problema central refere-se a climatização da unidade, que segundo os representantes dos trabalhadores só foi regularizada pelos Correios após o movimento de greve dos empregados e também devido a processos judiciais. Além disso, informaram que o problema da falta de climatização se estende para as demais unidades do país. No geral, os problemas apontados por todos os estados foram a falta de estrutura das unidades operacionais, custos com aluguéis ao invés de utilizar imóveis próprios, pequenas reformas e climatização. Todos esses itens possuem impacto direto nas condições de trabalho dos empregados. Com o intuito de ofertar melhores possibilidades de atendimento aos clientes, os representantes dos trabalhadores sugeriram que a Empresa disponibilize rede de internet livre para os clientes que forem buscar atendimento nas agências de Correios. Em seguida, solicitaram uma série de informações sobre a carteira imobiliária dos Correios (imóveis utilizados, ociosos, cedidos a outros órgãos, custos atuais de manutenção, quantos funcionam com energia renovável (inteligente), forma de licitação, prazo para o retorno dos investimentos e unidades que faltam ser climatizadas). Quanto foi e quanto falta ser utilizado dos recursos do

PAC. O tema seguinte - universalização digital - questionaram o porquê a Empresa não foi a provedora da disponibilização dos serviços de internet móvel (Programa Internet Brasil do Governo Federal por meio do Ministério das Comunicações). A representação da Empresa esclareceu que, em relação as demandas regionais sobre climatização e infraestrutura das unidades operacionais, os Correios vêm atuando de forma contínua para promover melhorias estruturais nas unidades operacionais em todo o país. Em relação à climatização, informou que os serviços de regularização são realizados por meio de investimento próprio da Empresa, respeitando os trâmites administrativos necessários e observando as prioridades estabelecidas de acordo com critérios técnicos e orçamentários. Ainda que o tema tenha sido alvo de reivindicações e ações judiciais, a Empresa reforça que sua atuação visa garantir ambientes salubres e seguros aos empregados, independentemente de interferências externas. Sobre a carteira imobiliária, os Correios mantêm sob sua gestão um portfólio imobiliário composto por imóveis próprios e locados. Informações detalhadas sobre esses imóveis, incluindo custos de manutenção, destinação, forma de licitação, utilização de energia renovável e planejamento de climatização, estão sendo consolidadas e poderão ser disponibilizadas oportunamente, observando os limites da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as regras de acesso à informação previstas na legislação vigente. No que se refere ao uso de energia renovável, destacamos que a Empresa já possui iniciativas nesse sentido, como a instalação de painéis solares em algumas unidades, com estudos em andamento para ampliar a adoção dessa tecnologia. Esclareceu, ainda que, a gestão imobiliária dos Correios buscam constantemente otimizar o uso de imóveis, equilibrando economicidade, funcionalidade e localização estratégica. A opção por imóveis alugados em algumas localidades se dá, muitas vezes, pela ausência de imóveis próprios adequados ou disponíveis para uso imediato, ou ainda por questões logísticas e operacionais. Informaram que há um plano de reavaliação e racionalização da carteira imobiliária, com foco na redução de custos e na ampliação da utilização de ativos próprios da Empresa. Quanto à disponibilização de rede *wifi* (internet), informou que a Empresa compreende o valor de proporcionar uma experiência mais conectada aos clientes. No entanto, a disponibilização de rede Wi-Fi em unidades de atendimento ao público envolve questões de segurança da informação e infraestrutura tecnológica, além de custos de implantação e manutenção. Apesar disso, a sugestão será analisada pelas áreas técnicas responsáveis, considerando possíveis projetos-piloto e estudos de viabilidade. Em relação à universalização digital e atuação como provedora de internet móvel, a representação da Empresa informou que entende a relevância da pauta, sobretudo nas regiões de difícil acesso. Esclareceu que, por força de seu estatuto jurídico e da regulação do setor de telecomunicações, os Correios não possuem autorização legal para atuar como provedores diretos de serviços de internet móvel. A atuação da Empresa nessa agenda se dá de forma complementar, por meio de parcerias institucionais e logísticas com entes públicos e privados, sempre respeitando seu papel como operador do serviço postal universal. Sobre os recursos do PAC, esclareceu que os Correios participaram de iniciativas vinculadas ao PAC, especialmente com foco em modernização e infraestrutura. A utilização dos recursos está sendo executada conforme os projetos aprovados e dentro dos marcos legais. A prestação de contas dos valores investidos e dos que ainda serão aplicados será realizada conforme os prazos e critérios estabelecidos pelo programa federal. Finalizado os debates da apresentação, a representação da Empresa realizou a leitura da ata da 2ª reunião, foram feitos alguns ajustes por ambas as partes com posterior aprovação e assinatura da mesma. Às 12h20, foi declarada encerrada a primeira parte da reunião, com previsão de retorno para as 14h, dando continuidade aos trabalhos previstos na pauta do dia. A reunião foi retomada às 14h. A representação da Empresa, com a presença da Diretora de Governança e Estratégia

dos Correios, apresentou o Planejamento Estratégico 2025-2029, destacando 11 objetivos fundamentais para promover eficiência operacional, crescimento de mercado, sustentabilidade ambiental, inovação e responsabilidade social. Foram estabelecidos planos específicos para monitoramento de indicadores estratégicos (PIME) e setoriais (PIMS), alinhando os objetivos corporativos às realidades das Superintendências Estaduais (SEs). Em Sustentabilidade, o foco está na redução de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE, com indicadores específicos por frota e consumo elétrico, e projetos de compensação ambiental, com resultados expressivos como economia de R\$ 139 milhões e alinhamento a práticas ASG. Na esfera social, houve forte expansão em capacitações e campanhas de sensibilização. Em segurança institucional, destacam-se mais de 7.493 ações com órgãos públicos, evitando prejuízos de R\$ 228 milhões. A Governança foi fortalecida com estrutura colegiada robusta, alto nível de conformidade e resultados positivos em avaliações do Índice Integrado de Governança e Gestão - iGG-TCU e IG-SEST. Na área de Compliance, mais de 99 mil certificados de capacitações e análises preventivas de riscos foram realizadas. Por fim, a comunicação, a publicidade e os patrocínios foram utilizados de forma estratégica para apoiar a imagem da empresa, com forte presença em eventos e projetos de impacto social, fortalecimento da marca e fomento de oportunidades de negócios. Antes de iniciar a segunda parte da apresentação, a representação da Empresa esclareceu que, por se tratar de informações estratégicas relacionadas ao novo Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios, os dados apresentados a seguir são classificados como sigilosos, conforme o disposto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), artigo 88, que trata da proteção de informações estratégicas no âmbito das empresas públicas. Adicionalmente, ressaltou-se que o tratamento e a divulgação de tais informações também observam os princípios estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especialmente quanto à proteção de informações cuja divulgação possa comprometer a segurança institucional ou projetos em fase de desenvolvimento. Por fim, a Empresa reforçou seu compromisso com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), no que tange à governança da informação, bem como às diretrizes internas de confidencialidade e segurança corporativa. A segunda parte da apresentação trouxe o panorama do novo Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios. O contexto abordado destacou os desafios do setor postal, incluindo a redução da demanda tradicional, o crescimento da concorrência privada e a necessidade de eficiência e sustentabilidade. O diagnóstico mostrou perdas significativas de participação de mercado e aumento de custos operacionais. Foi ressaltada a subutilização de infraestruturas e a necessidade de modernização dos processos de triagem, distribuição e atendimento. O Programa está estruturado em quatro componentes principais: descarbonização, excelência operacional, transformação digital e governança. Com 29 iniciativas prioritárias, o plano prevê investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões, apoiados por financiamento do NDB. Entre os resultados esperados estão a redução de custos e emissões de CO<sub>2</sub>, aumento da eficiência e melhorias significativas na experiência dos clientes. A implementação será liderada pela Assessoria de Programas e Projetos Estratégicos (ASPRO), com previsão de início em 2026, condicionada à aprovação legislativa. Após concluída a apresentação, a representação da Empresa passou a palavra para os representantes dos trabalhadores, que levantaram uma série de questionamentos relevantes, os quais refletem preocupações com temas estratégicos, operacionais e estruturais da Empresa. Os questionamentos mais frequentes se referem aos patrocínios, novamente questionando sua efetividade e se há de fato retorno financeiro ou social. Quais são os critérios de escolha e se priorizam ações de grande alcance, ou há concentração em públicos específicos, o que limitaria sua abrangência. Ainda nesse aspecto, os representantes informaram

entender os motivos que levaram a suspensão da contratação da empresa de publicidade, porém questionou se há intenção de retomar essa estratégia com foco em campanhas de grande escala, que promovam a marca Correios nacionalmente. Os representantes dos empregados manifestaram preocupação com a nomeação de profissionais de fora do quadro da Empresa para cargos estratégicos, pois quando deixam o cargo, levam todas essas informações para o mercado privado. Nesse mesmo contexto, questionaram quanto a quarentena de empregados de outras gestões que assumiram posições em empresas concorrentes, destacando-se o Presidente dos Correios da Gestão anterior. Os representantes dos empregados destacaram a importância da universalização do serviço postal, prevista constitucionalmente como dever do Estado e executado pelos Correios. Manifestaram preocupação com o fechamento de diversas agências físicas em diferentes localidades do país. Ressaltaram que, além de garantirem o acesso da população aos serviços postais, as agências dos Correios podem representar um importante braço operacional para o fortalecimento do Marketplace da Empresa, especialmente em regiões onde operadores privados não atuam. Paralelamente, reconheceram a relevância dos processos de modernização e transformação digital que vêm sendo implementados, mas alertaram para a necessidade de que tais mudanças considerem de forma efetiva os empregados que estão na ponta, assegurando que esses profissionais sejam ouvidos, valorizados e preparados para acompanhar as novas diretrizes e modelos de atuação da Empresa. Apontaram ainda que, as apresentações até o momento feitas pelas Diretorias na visão da representação dos Empregados está descoladas da realidade vivida pelos empregados. Entendem que ainda há empregados em posições estratégicas na Empresa que estão desalinhadas com o atual projeto de governo, a exemplo de empregados da área de segurança empresarial, que perseguiram trabalhadores e continuam ocupando as mesmas funções na Empresa. A representação da Empresa informou que os questionamentos apresentados estão sendo consolidados e poderão ser disponibilizadas oportunamente, observando os limites da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as regras de acesso à informação previstas na legislação vigente. Referente à publicidade, a Empresa compreende a relevância dos questionamentos apresentados quanto à política de patrocínios e publicidade institucional, temas que, de fato, impactam diretamente a visibilidade da marca Correios, a conexão com a sociedade e a percepção pública sobre a atuação da Empresa. Em relação aos patrocínios, os Correios esclarecem que adotam critérios técnicos e objetivos para a seleção de projetos, com base em normativos internos alinhados às boas práticas de governança e à legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). As propostas são analisadas considerando aspectos como: aderência à estratégia institucional, abrangência nacional ou regional, visibilidade da marca, impacto social, potencial de retorno de imagem e valores envolvidos. O objetivo é garantir a alocação eficiente dos recursos, priorizando iniciativas que promovam a marca Correios de forma positiva e que estejam alinhadas com os princípios de responsabilidade social e sustentabilidade. A representação da Empresa reitera que busca constantemente o equilíbrio entre ações de grande alcance e iniciativas voltadas a públicos segmentados, levando em consideração a diversidade de perfis atendidos pelos Correios e a pluralidade de regiões e segmentos nos quais atua. A concentração em determinados públicos ou eventos específicos ocorre de forma pontual, quando tais projetos demonstram aderência estratégica e retorno institucional mensurável. Quanto à publicidade institucional, a suspensão momentânea da contratação de agência especializada decorreu de diretrizes internas voltadas à readequação orçamentária, em um contexto de responsabilidade fiscal e de priorização de investimentos em áreas operacionais e estruturais da Empresa. No entanto, reconhecendo a importância de uma comunicação mais ampla e estruturada com a sociedade, existe, sim, a

intenção de retomar, em momento oportuno, a estratégia de publicidade institucional, com foco em campanhas de maior escala e abrangência nacional, voltadas ao fortalecimento da imagem dos Correios como empresa pública essencial, moderna e em constante transformação. Por fim, a Empresa permanece aberta ao diálogo e à construção conjunta de soluções que contribuam para o fortalecimento da sua marca e para o reconhecimento público dos serviços prestados à população brasileira. Sobre os empregados cedidos, a representação da Empresa esclareceu que ao deixar o cargo, o ex dirigente passa por um período de quarentena — conforme previsto na legislação vigente — que tem por objetivo resguardar informações sensíveis e estratégicas, evitando seu uso em benefício de concorrentes ou do mercado privado. Tal medida encontra respaldo na Lei nº 12.813/2013, que trata sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal. Essa legislação estabelece, entre outras disposições, que agentes públicos em situação de potencial conflito de interesses devem observar um período de quarentena de até seis meses, impedidos de exercer atividades no setor privado que possam se beneficiar de informações privilegiadas obtidas no exercício de suas funções. Ainda segundo a referida norma, o descumprimento dessas regras podem acarretar sanções administrativas, incluindo multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo de outras sanções previstas em leis correlatas. Os representantes dos Empregados destacaram que o cumprimento dessa quarentena deve ser devidamente monitorado e, se necessário, informado à Comissão de Ética Pública, a fim de evitar riscos à integridade institucional e à competitividade da Empresa. A representação da Empresa, informou que sobre a universalização do serviço postal, como missão institucional dos Correios, reafirma seu compromisso com a presença nacional capilarizada, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso. O fechamento ou redimensionamento de agências ocorre de forma pontual, sempre baseado em estudos técnicos, critérios de viabilidade econômica, demanda local e alternativas de atendimento. Ressalta-se que, mesmo nos casos de reestruturação física, os Correios garantem a manutenção da prestação do serviço postal por meio de canais alternativos, como agências comunitárias, unidades móveis, pontos de coleta ou parcerias locais. Nesse contexto, as agências próprias continuam sendo um ativo estratégico da Empresa e possuem potencial para desempenhar um papel relevante no fortalecimento do Marketplace dos Correios, ampliando a capilaridade da plataforma e oferecendo soluções logísticas completas a micro e pequenos empreendedores, especialmente em municípios que não são atendidos por marketplaces privados. Quanto aos processos de modernização e transformação digital em curso, os Correios compreendem que o sucesso dessas iniciativas depende, fundamentalmente, da valorização dos empregados que atuam na linha de frente da operação. A Empresa está atenta às demandas dos trabalhadores e busca incorporar, nas etapas de planejamento e implementação de novos projetos, ações de capacitação, escuta ativa e melhoria das condições de trabalho, para assegurar que todos participem do processo de forma integrada e inclusiva. A modernização dos Correios deve ser, acima de tudo, um processo construído com e para os empregados, de modo que os avanços tecnológicos estejam sempre acompanhados do fortalecimento humano e institucional da Empresa. Nada mais havendo a tratar, a representação da empresa deu por encerrada a reunião às 18h30, da qual, para constar, eu, Rafael Dias Silva, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA GOMES CORCINO, Usuário Externo**, em 31/07/2025, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fagner Jose Rodrigues, Chefe de Departamento**, em 31/07/2025, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Luiz da Silva, Gerente Corporativo**, em 01/08/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Aparecido Ramos, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio da Conceição, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Justen Ribeiro, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio do Nascimento, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Suellen Pinheiro Londe, Analista V**, em 01/08/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERNANI SILVEIRA DE MENEZES, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Oliveira da Cruz, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Aparecido Gimenes Gandara, Usuário Externo**, em 02/08/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.correios.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59637621** e o código CRC **84E0540F**.